



“FORA DA ORDEM”: O PODER COMO CATEGORIA ANALÍTICA NO CAMPO DA GLOBALIZAÇÃO⁵⁸

WHODSON SILVA

RESUMO

O presente artigo apresenta algumas reflexões sobre a noção de poder e como esta se configura como uma categoria analítica no campo da globalização. Partimos da perspectiva histórica a fim de provocar reflexões sobre os “velhos *insights*” para pensar novas questões acerca de tal área. Além disso, foi possível ampliar a discussão sobre o poder como um conceito crucial para compreensão do fenômeno globalizante e suas implicações para os debates sobre as noções de Estado e organização social. Desse modo, objetivamos evidenciar como tal debate nos possibilita compreender questões atuais nos campos em que trabalhamos na condição de antropólogas e antropólogos.

Palavras-chave: Organização Social. Poder. Globalização.

ABSTRACT

This article presents some reflections about the notion of power and how it is configured as an analytical category in the field of globalization. We started from the historical perspective in order to provoke reflections about the “old insights” to think new questions about this area. Besides, it was possible to enhance the discussion about power as a crucial concept for understanding the globalizing phenomenon and its implications for the debates about notions of state and social organization. Therefore, we aim to show how this debate allows us to understand current issues in the fields where we work as anthropologists.

Keywords: Social Organization. Power. Globalization.

Introdução: “Alguma coisa está fora da ordem”

O músico e compositor Caetano Veloso lança, em 1991, o álbum: “Circuladô”; na primeira faixa de seu mais novo trabalho ele canta que “[...] alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem mundial [...]”. As problemáticas sociais do narcotráfico, do asfalto, de meninos e meninas no olho da rua “[...] reflete todas as cores da paisagem da cidade, que é muito mais bonita e muito mais intensa do que no cartão postal”. Ademais, “[...] tudo

58. Ensaio teórico apresentado, em 2017, à disciplina de História e Teoria Antropológica do curso de mestrado em Antropologia na Universidade Federal de Pernambuco (PPGA-UFPE).



parece que era ainda construção e já é ruína”.

Veloso (1991) nos intriga a pensar o que estaria fora da suposta “ordem”, aliás, o que seria essa ordem? E mais, o que é “a nova ordem mundial”?

Na Antropologia, os debates em torno da “ordem social” não são recentes, Edmund Leach (1966), por exemplo, nos anos 60 já apontava possibilidades de discutir como se mantém a ordem social, assim como a mesma pode desfazer-se. Nessa mesma direção, Mary Douglas (1967) apresenta-nos a ideia de poluição, de maneira análoga, para exprimir uma ideia genérica de ordem social. Para Douglas (1967, p. 09) “a reflexão sobre a impureza implica uma relação sobre a relação entre a ordem e a desordem, o ser e o não-ser, a forma e a ausência dela, a vida e a morte”.

Edmund Leach e Mary Douglas são dois, entre outros autores e outras autoras, que se preocupam com a ordem que mantém a sociedade organizada e funcionando. Autores mais contemporâneos deslocam o olhar para as novas configurações dessa “ordem” e se esforçam ao tentar compreender a aceleração dos processos globais, de forma em que se sente o encurtamento das distâncias e o ritmo de integração global. Esse complexo de processos e forças de mudança, segundo Stuart Hall (2006), pode ser sintetizado sob o termo “globalização”. Para Hall esse fenômeno implica na compressão do tempo-espaço, num rearranjo da ordem social e em novos processos de identidade e, conseqüentemente, de representação.

A globalização, termo chave deste trabalho, tem sido amplamente utilizada para definir a imensa interligação comercial e cultural que vem ocorrendo entre os diversos pontos do planeta, determinada, principalmente, pelo processamento, difusão e transmissão de informações. Como parâmetro histórico, podemos tomar o começo dos anos de 1980, quando a tecnologia de informática associou-se à de telecomunicações, como ponto inicial do fenômeno globalizante.

No entanto, é importante ter em conta que, quando o assunto é globalização, há uma tendência a crer que se trata de fenômenos novos, que jamais aconteceram (RIBEIRO, 2010). O período das navegações que conectavam as terras do Novo Mundo às da Europa, por exemplo, já configurava a existência de circulação econômica, social e cultural e a criação de um modelo de sistema mundo.

Não obstante, há que considerar a singularidade dos processos que no presente atuam em escala global, que atravessam fronteiras nacionais e integram comunidades e organizações conectando-as em uma nova combinação espaço-tempo (MCGREW, 1992 apud HALL, 2006). Daqui parte nosso principal argumento: o que denominamos como globalização, é, na verdade, um campo de poder articulado aos rearranjos do capital econômico e as



relações de “consorciação” do Estado. Por isso, é necessário compreender o poder e o que esta noção implica nos estudos sobre o processo globalizante, justificando este ensaio teórico.

O objetivo deste escrito, portanto, é de discutir como a categoria “poder”, pensada a partir do prisma antropológico, contribui na compreensão do que chamamos de globalização. Os textos de Eric Wolf ([1989] 2003), Pierre Clastres ([1962/74] 1979) e David Graeber (2008) direcionam os debates de como a noção de poder assume um lugar importante na discussão antropológica, principalmente no que tange a variabilidade das organizações sociais e políticas e dos conflitos inerentes a estas.

Assim, na primeira seção, apresento reflexões sobre o campo da globalização; em seguida é discutida a noção de poder, ancorada nas reflexões de Wolf (2003), Clastres (1979), Graeber (2008) e Ribeiro (2008), para desembocar no objetivo do trabalho acima explicitado; por fim, retomo a ideia apresentada inicialmente de “ordem social” para pensar as “desordens sociais”, no sentido de Caetano Veloso (1991), que se apresentam como campos etnografáveis, já que estão imbricados em processos históricos, políticos e de poder.

“Todo mundo come no McDonald’s e compartilha no Facebook?”: velhos *insights* e novas questões sobre a globalização

No livro de sociologia para o ensino médio “Sociologia para jovens do século XXI” (2016), os jovens leitores são provocados com a seguinte questão: “Todo mundo come no McDonald’s e compartilha no Facebook?”; a intrigante pergunta está como título do capítulo que trata sobre globalização e neoliberalismo, na unidade de conteúdos assim intitulada: “trabalho, política e sociedade”.

Entre as possibilidades de respostas e reflexões a partir dessa provocação, duas nos interessam; a primeira está relacionada à globalização como um conteúdo estudado na disciplina de Sociologia na educação básica e que, portanto, é uma temática considerada necessária para que os estudantes compreendam o mundo social para intervir nele, tendo em vista que entre os objetivos das Ciências Sociais no ensino médio está o de contribuir na formação de indivíduos que compreendam criticamente a sociedade, para que estranhem e desnaturalizem os contextos nos quais estão situados.

A segunda reflexão está relacionada ao que significa afirmar que todos frequentam o McDonald’s e utilizam o Facebook, aqui entendidos como duas corporações globais. Para Geertz (2008, p.181), a identificação de símbolos produz afirmações das “regularidades subjacentes da experiência humana implícita na sua formação”. Se as corporações mencionadas são aqui tomadas como símbolos do fenômeno da globalização, podemos inter-



pretar a teia de significados que são produzidos e que, conseqüentemente, implicam nas relações culturais, de identidade e alteridade, é o que aponta Hall (2006, p. 80-81): “a globalização retém alguns aspectos da dominação global ocidental, mas as identidades culturais estão, em toda parte, sendo relativizadas pela compressão espaço-tempo”.

Wolf (2003, p. 328), no mesmo texto que trata sobre o poder, apresenta-nos a antropologia como uma ciência cumulativa onde os conhecimentos e os insights produzidos no passado podem gerar novas questões e novos pontos de partida podem incorporar as antigas realizações. Compartilhando dessa perspectiva de Wolf, selecionamos dois velhos insights que podem ampliar nosso entendimento do que é a globalização. A ideia aqui não é limitar as possibilidades de conceituar esse fenômeno, mas sim de tentar situá-lo dentro de um determinado contexto para, na próxima seção, debater a noção de poder e o que implica utilizá-la como categoria analítica para entender o campo da globalização.

O primeiro destes insights está no “Manifesto do Partido Comunista” de Marx e Engels, escrito em 1848, na Europa, quando a noção de globalização ainda não havia assumido um caráter analítico central para a compreensão dos fenômenos sociais. Os autores argumentam:

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e, por conseguinte todas as relações sociais [...] A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares. [...]. Ao invés das necessidades antigas, satisfeitas por produtos do próprio país, temos novas demandas supridas por produtos dos países mais distantes, de climas mais diversos. No lugar da tradicional autossuficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre todos os países. E isso tanto na produção material quanto na intelectual (MARX; ENGELS, 2014, p. 11-12 - grifos nossos).

Marx e Engels escreveram esse trecho em um período em que a produção e o consumo não imprimiam o caráter cosmopolita que é vivenciado no tempo presente. Ao discorrer sobre a lógica de funcionamento do capitalismo, os autores acreditavam que o desenvolvimento desse sistema econômico tenderia ao que chamamos hoje de globalização, sob o aspecto econômico, social, cultural e político. Neste último aspecto, temos também o chamado neoliberalismo (OLIVEIRA; COSTA, 2016).

Ao discutir sobre a difusão da cultura, no livro “Cultura: um conceito antropológico”, La-raia (2001) memora o texto do antropólogo Ralph Linton (1959) sobre o começo do dia do homem americano, tomado aqui como o segundo *insight*:

O cidadão norte-americano desperta num leito construído segundo padrão origi-



nário do Oriente Próximo, mas modificado na Europa Setentrional, antes de ser transmitido à América. Sai debaixo de cobertas feitas de algodão, cuja planta se tornou doméstica na Índia; ou de linho ou de lã de carneiro, um e outro domesticados no Oriente Próximo; ou de seda, cujo emprego foi descoberto na China. Todos esses materiais foram fiados e tecidos por processos inventados no Oriente Próximo. Ao levantar da cama faz uso dos “mocassins” que foram inventados pelos índios das florestas do Leste dos Estados Unidos e entra no quarto de banho cujos aparelhos são uma mistura de invenções europeias e norte-americanas, umas e outras recentes. Tira o pijama, que é vestiário inventado na Índia e lava-se com sabão que foi inventado pelos antigos gauleses, faz a barba que é um rito masoquístico que parece provir dos sumerianos ou do antigo Egito (LINTON, 1959 apud LARAIA, 2001, p. 106).

Em 1959, Linton já chama atenção para a ideia de interligação e circulação de bens, o que possibilita o entendimento de que, a superação das barreiras de circulação internacional de mercadoria e de capitais implica diretamente em gente real fazendo coisas reais, como reclama Sherry Ortner (2011).

A significação de antigos *insights* não está apenas em suas realizações, mas nas novas questões que nos levam a formular (WOLF, 2003). Em primeiro lugar, os *insights* aqui memorados chamam a atenção para a história e de como esta pode ser explicada pelos rearranjos do capital, articulados à dinâmica internacional. As dimensões do global, que se impõem ao local, disputam espaços no campo da livre circulação de mercadorias e contribui para esclarecer os fenômenos que estão ligados à lógica de desenvolvimento nas “regiões globais”.

Essa percepção desloca a atenção para os sujeitos que compõem esse terreno de circulação, ou, como chamam outros autores, a “mundialização financeira”. Nessa direção, as instituições financeiras internacionais - como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) - são atores importantes de serem observados.

A noção de poder estrutural de Wolf (2003) nos ajuda a compreender a ação desses atores, já que este tipo de poder não funciona somente dentro de cenários ou domínios, mas também organiza os próprios cenários e especifica a direção e distribuição dos fluxos de ação. Em outras palavras, entender como a dinâmica do capital - aqui exemplificada no funcionamento das instituições mencionadas - molda o campo social de ação de forma a tornar possível alguns tipos de comportamentos, enquanto dificulta ou impossibilita outros.

Essa concepção de poder possibilita delinear como as forças do mundo influenciam os contextos locais que estudamos; além disso, amplia a possibilidade de pensarmos antropológico



gicamente a globalização como um campo de poder, articulado aos rearranjos do capital econômico e as relações de “consorciação” do Estado, como serão discutidas na seção seguinte.

Poder como categoria analítica no campo da globalização

Ainda na perspectiva de Wolf (2003), o poder é uma das palavras mais carregadas de sentidos e polifonias e que, frequentemente, é utilizada como se todos os fenômenos que o envolvem fossem redutíveis a um centro comum. Muito se fala sobre o poder, mas, na Antropologia, há timidez no aprofundamento sobre o que se sabe.

Essa provocação chama a atenção para a necessidade de realizar debates e críticas às variadas definições que a noção de poder assume. Assim, o objetivo desta seção é discutir a noção de poder no sentido de ampliar as discussões sobre o que implica utilizá-la como categoria analítica para compreender o que aqui denominamos globalização.

Para além de Wolf, Clastres (1979) e Graeber (2008) apresentam contribuições importantes para a compreensão da noção de poder a partir do prisma antropológico. Clastres (1979), por exemplo, chama atenção para tal conceito como um fenômeno inerentemente social, que existe mesmo em sociedades onde não existe a presença do Estado. Dentro dessa perspectiva, o poder está nas esferas individuais e sociais, aquilo que Wolf (2003) argumenta como a capacidade das pessoas no “jogo” do poder, assim como o poder nas relações interpessoais, ou seja, nas relações de interações e transações entre as pessoas.

Graeber (2008), nesse sentido, aponta para o poder no contexto de grupos organizados em ações diretas e que, exercendo-o, têm a capacidade de promover mudanças estruturais significativas, ou seja, o poder que, como afirma Clastres (1979), não está centralizado no Estado. Essa interpretação contribui na compreensão da “arena” em que as interações acontecem como algo mais complexo.

A ideia de ação direta, como uma forma de se engajar com o mundo para trazer a mudança, na qual a forma da ação (GRAEBER, 2008) - ou, ao menos, a organização da ação - é em si um modelo da mudança que se quer trazer ajuda na reflexão sobre os fluxos da ação - o que está acontecendo, por que está acontecendo, quem está envolvido, com quem, quando, com que frequência, para que, para quem e, ainda, contra quem (WOLF, 2003).

A partir destas proposições, complementando com a ideia de poder de Ribeiro (2008), podemos compreender o poder como (a) a capacidade de ser sujeito em seu próprio contexto e de controlar o curso das ações e dos eventos que manterão sua vida ou a modificarão; e, (b) de impedir que as pessoas exerçam o seu poder, ou seja, de serem atores “empo-



derados”.

É sobre essa segunda compreensão do poder que queremos chamar atenção nesse texto, já que o processo globalizante implica diretamente nas dinâmicas entre o local e o global localizadas em posições diferentes de poder. Nesse sentido, o que entendemos como campo da globalização está ancorado e atravessado em ambientes onde proliferam as desigualdades de poder.

Como campo, entendemos a séria de relações e interações baseada em valores específicos e práticas que operam em dados contextos, como afirma Bourdieu (1986 *apud* RIBEIRO, 2008). O campo, heterogêneo por definição, é composto por diferentes atores, forças, discursos e instituições. O poder, portanto, apresenta-se como uma palavra chave a ser discutida para ampliar a compreensão desse campo da globalização.

Graeber (2008), no mesmo texto em que trata sobre o poder, realiza um esforço em pensar a globalização a partir de articulações distintas, argumentando que o modelo global que vivemos acentua as desigualdades sociais. São sobre essas articulações que conformam o campo da globalização que faremos considerações, no sentido de, como aponta Wolf (2003), revelar os arranjos estruturantes da vida social – o que aqui é colocado como ordem social.

A ideia de refletir sobre a ordem social é algo a ser considerado, já que a Antropologia, ancorada em análises microssociológicas, acaba por negligenciar questões estruturais. O desafio está em distinguir, justamente, que a ordem não está definida por uma possível sinergia entre as partes, sobre uma organicidade de componentes sociais, mas do poder de uns sobre outros.

A primeira articulação está ancorada nas dinâmicas do capital (MARX; ENGELS, 2014), que se revela na ação dos agentes globais – aqueles com mais poder para influenciar a configuração e as tendências de um campo – é o caso de instituições como o FMI, o BIRD, a OMC entre outros atores que se empenham na reprodução do campo já que seus interesses estão intimamente ligados à existência desse campo.

Os atores e instituições menos poderosos são grupos vulnerabilizados nos processos de conformação e interações do campo (RIBEIRO, 2008), é o caso de grupos tradicionais que são violentamente impactados pelas iniciativas de empreendimentos globais que destroem as relações sociais, territórios e culturas (SILVA, 2019). O contexto brasileiro é um bom exemplo para pensarmos essa articulação da globalização, como processo da interação do grande capital com o poder:

Nesse cenário mais geral, se percebe que a locomotiva dos investimentos regionais é constituída essencialmente dos projetos do PAC [Programa de Aceleração de Crescimento], um diretamente realizado pelo Estado e empresas estatais, outro indiretamente com a presença do financiamento público do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] e outros, ainda, pelo capital privado, mas todos articulados à dinâmica internacional e, como tal, tocados ao ritmo que



esta determina, À frente destes investimentos, estão o grande capital e o Estado nacional, os demais atores contam muito pouco, até porque são frequentemente escamoteados de qualquer decisão (MESQUITA, 2015, p. 17 - Acréscimo do autor).

Mesquita (2015) chama a atenção para um ator importante na conformação do campo da globalização, o Estado. O mesmo Estado que não centraliza as relações de poder para Clastres (1979) é uma das entidades mais importantes para entendermos como se configura e até mesmo como são mediadas as relações entre o global e o local. Nessa direção, compartilhamos a ideia de “consorciação” de Ribeiro (2008) para compreendermos o papel do Estado nos processos de articulação e definição do campo da globalização.

Para Ribeiro (2008, p. 115), as instituições criam redes por meio de complexos processos históricos e políticos, o que ele denomina de “consorciação” no sentido de chamar a atenção para a sua entidade: o consórcio. “As instituições são os blocos de construção dos consórcios que, por sua vez, transformam-se em novas instituições, as quais podem virar as unidades de novos e mais complexos consórcios”. O processo de consorciação do Estado é um ponto chave para entender o campo da globalização, já que:

A consorciação é um processo político comandado por grupos de poder que operam em níveis mais elevados de integração. É um encadeamento que - mediante a organização de novas entidades orientadas a tarefas econômicas e administrativas - une, de fato, dentro de um projeto, instituições e capitais internacionais, nacionais e regionais. É uma forma de reforçar relacionamentos capitalistas de modo piramidal, em que níveis mais elevados hegemonomizam níveis mais baixos. O consórcio é a entidade social, econômica, e política concreta que articula diferentes grupos de poder (RIBEIRO, 2008, p. 115).

Essa compreensão do Estado como consórcio explica, por exemplo, como as corporações operam na junção de sistemas nacionais e internacionais, assim como o Estado se torna o meio de poderosos atores - controladores de capitais estatais, nacionais e transnacionais - na configuração de negociações de poder politicamente estruturados. Nessa direção, não queremos aqui negar a ideia de poder do Estado, mas, chamar atenção para a reflexão sobre o papel que o Estado ocupa no jogo do poder e como, em muitos cenários, ele exerce o lugar do consórcio.

Por fim, compreender as articulações que conformam o campo da globalização implica refletir sobre as práticas antropológicas e as arenas e jogos do poder, nos quais antropólogas e antropólogos estão inseridas e inseridos. Nessa direção, as discussões teóricas aqui apresentadas estão diretamente relacionadas ao contexto atual de ataque à ciência antropológica em várias esferas, principalmente na jurídica, já que a Antropologia se insere no movimento de debates e críticas ao modelo hegemônico que desconsidera os direitos



de grupos que são escamoteados nas dinâmicas do modelo global.

O que está fora da ordem?: Considerações Finais

As reflexões aqui desenvolvidas não têm por finalidade limitar as possibilidades de conceituação das noções de poder e globalização. Mesmo que as definições destas categorias possam ser pretenciosas e arbitrárias, a ideia é, justamente, ampliar as discussões dessas categorias nas reflexões sobre os contextos que nos inserimos enquanto antropólogas e antropólogos.

Nessa direção, o poder, compreendido a partir do prisma da Antropologia, nos aponta elementos para debater a globalização como um campo de disputas, articulado aos rearranjos do capital econômico e as relações de “consorciação” do Estado. Entretanto, a noção chave de poder, aqui tão debatida, é uma das palavras mais carregadas de sentidos e polifonias e, portanto, nos oferece um amplo cânone de perspectivas de discussões sobre o que é, ou poderia ser, o que aqui afirmamos como globalização.

Refletir sobre as dinâmicas do global no local, e vice-versa, implica em complexificar os debates em torno da ordem social no sentido de compor como se mantém a ordem social, assim como a mesma pode desfazer-se. Graeber (2008) argumenta que o capitalismo ao se reproduzir cria imagens de liberdade sobre as quais nunca realmente será; isso explica como muitas vezes o discurso da globalização - materializada em um megaprojeto de desenvolvimento, por exemplo - é vendido, na dimensão imaginária como algo bom, necessário, inovador, e que trará inúmeros benefícios, onde, na verdade, este modelo global acentua as desigualdades sociais, afirma Graeber (2008).

Na percepção de Caetano Veloso (1991), essas desigualdades sociais, que são vistas nos “meninos e meninas no olho da rua”, no lixo e no esgoto exposto do Leblon, representam uma desordem social de uma sociedade que deveria ter “[...] harmonias bonitas”. Nessa direção, o que chamamos a atenção é que: o que Caetano concebe como coisas “fora da ordem” são, na verdade, uma nova configuração da ordem social, que, se pensarmos a partir dos velhos insights de Marx e Engels ([1848] 2014) e Linton (1959 apud LARAIA, 2001), não é algo novo, é, contudo, os resultados de processos históricos, políticos e sociais de como foi se constituindo o modelo que vivenciamos de sistema mundo.

Assim, as variadas “desordens sociais”, no sentido de Caetano Veloso (1991), apresentam-se como campos etnografáveis já que estão imbricados em processos históricos, políticos e de poder. A antropologia, por sua vez, é convidada a ampliar a agenda de estudos e reflexões sobre a globalização e as relações de poder inerentes nesta para entender o que densamente Caetano chama de “nova ordem mundial”.



Referências

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: investigações de antropologia política**. Porto: Edições Afrontamento, 1979.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu**. Perspectiva: São Paulo, 1967.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRAEBER, David. **Direct Action: an ethnography**. Editora AK Press, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEACH, Edmund. **Virgin Birth**. Proceedings of the Royal Anthropological Institute, 1966.

MARX, Karl; ENGELS, Frederic. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

MESQUITA, Benjamin Alvino. Grandes projetos de investimento na Amazônia e as questões do desenvolvimento regional. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; NOVAES, Jurandir Santos de. (org.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA Edições, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4.ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

ORTNER, Sherry B. Teoria na antropologia desde os anos 60. In: **Mana**. v.17. n.2. p. 419-466, 2011.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 25. n. 74. p. 21-38, 2010.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: **Novos estudos**. v. 80. p. 109-125. 2008.

SILVA, Whodson. **O conto das quatro mil almas: uma etnografia do confronto de Indígenas e Quilombolas com a Central Nuclear do Nordeste**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.



VELOSO, Caetano. **Fora de Ordem**. Caetano Veloso - Circuladô. Philips - LP e CD, 1991.

WOLF, Eric. Encarando o poder: velhos *insights*, novas questões. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologia e Poder: Contribuições de Eric R. Wolf**. Ed. Unicamp: São Paulo, 2003.

